

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	XXVII
-------------------	-------

PARTE I

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 – A Evolução da Proteção Social no Brasil.....	3
1.1 As primeiras regras de proteção	4
1.2 Da Lei Eloy Chaves ao Sinpas: evolução da proteção até 1988	4
1.3 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	7
1.4 A criação do INSS e as primeiras reformas.....	9
1.5 A Emenda Constitucional n.º 20, de 1998	10
1.6 O fator previdenciário.....	11
1.7 As Emendas Constitucionais n.ºs 41 e 47	12
1.8 A Emenda Constitucional n.º 103, de 2019	13
Capítulo 2 – Princípios do Direito Previdenciário.....	15
2.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário	16
2.1.1 Princípio da solidariedade.....	16
2.1.2 Princípio da vedação do retrocesso social.....	16
2.1.3 Princípio da proteção ao segurado	17
2.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	17
2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento.....	18
2.2.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	19
2.2.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	19
2.2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios	20
2.2.5 Equidade na forma de participação no custeio.....	20
2.2.6 Diversidade da base de financiamento.....	20
2.2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração	21
2.3 Princípios específicos de custeio	21
2.3.1 Universalidade da participação no custeio	22

2.3.2	Do orçamento diferenciado	22
2.3.3	Da precedência da fonte de custeio	23
2.3.4	Da compulsoriedade da contribuição	24
2.3.5	Da anterioridade tributária em matéria de contribuições sociais..	24
2.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	25
2.4.1	Da filiação obrigatória	25
2.4.2	Do caráter contributivo	25
2.4.3	Do equilíbrio financeiro e atuarial.....	26
2.4.4	Da garantia do benefício mínimo	26
2.4.5	Da correção monetária dos salários de contribuição.....	27
2.4.6	Da preservação do valor real dos benefícios	27
2.4.7	Da facultatividade da previdência complementar	28
2.4.8	Da indisponibilidade dos direitos dos beneficiários.....	28
Capítulo 3 – Aplicação das Normas de Direito Previdenciário		31
3.1	Antinomias e critérios de solução	32
3.2	Lacunas do ordenamento e sua solução.....	32
3.3	Interpretação das normas	34
3.4	Vigência e eficácia das normas no tempo	35
3.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	37
Capítulo 4 – A Organização da Seguridade Social.....		43
4.1	Sistema Nacional de Seguridade Social	43
4.2	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	43
4.3	Gestão descentralizada	44
4.4	Conselho Nacional de Previdência – CNP	45
4.5	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	45
4.6	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	46
4.7	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	47
4.8	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	48
4.9	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF	49
Capítulo 5 – Modelos e Regimes de Previdência		51
5.1	Tipos de sistemas	51
5.1.1	Sistemas contributivos e não contributivos	51
5.1.2	Sistemas contributivos de repartição e capitalização	52
5.1.3	Sistemas privados de previdência	52
5.2	Demais regimes previdenciários existentes no Brasil	53
5.2.1	Regimes próprios de previdência de ocupantes de cargos efetivos e vitalícios (RPPS)	54

5.2.2	Regime previdenciário complementar	57
5.2.3	Regime dos militares das Forças Armadas.....	60

PARTE II

O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 – O Regime Geral de Previdência Social	65
Capítulo 2 – Beneficiários do RGPS: Segurados e Dependentes	67
2.1 Segurados	67
2.1.1 Segurados obrigatórios.....	68
2.1.2 Segurados facultativos.....	75
2.1.3 A menoridade e a filiação como segurado	77
2.1.4 Aposentado que retorna à atividade.....	78
2.2 Dependentes	79
Capítulo 3 – Filiação e Inscrição	91
Capítulo 4 – Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários	97
4.1 Prova do tempo de contribuição	104
4.2 Reconhecimento do tempo de contribuição e respectiva indenização.....	108
4.3 Atividade rústica e o regime de economia familiar.....	110
4.4 Tempo como aluno-aprendiz	117
4.5 Efeitos das decisões da Justiça do Trabalho para cômputo junto ao INSS...	118
4.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição	123
4.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC	126
4.7 Justificação administrativa	127
Capítulo 5 – Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado.....	131
5.1 Tabela para verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça legal) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes.....	139
Capítulo 6 – Períodos de Carência.....	141
6.1 Tabela de carência exigida até 2011	153
6.2 Regras de contagem de carência de acordo com a forma de filiação	154
Capítulo 7 – Concessão da Prestação Previdenciária.....	157
7.1 Suspensão e cancelamento de benefícios.....	161
7.2 Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade – PRBI.....	164
7.3 Programa especial para análise de benefícios com indícios de irregularidade.....	167

7.4	Abono anual.....	168
	Quadro-resumo – Abono anual.....	168

PARTE III

A POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA

Capítulo 1 – Processo Administrativo Previdenciário.....	173
1.1 Da necessidade do processo administrativo	173
1.2 Preceitos e princípios do processo administrativo	173
1.3 Instrução do processo administrativo previdenciário e o sigilo de dados do requerente	176
1.4 Do direito ao melhor benefício.....	177
1.5 Das fases do processo administrativo	178
1.6 O requerimento administrativo e o sistema “Meu INSS”	179
1.6.1 Das formas de agendamento/requerimento administrativo no INSS.....	183
1.6.2 Da titularidade para o requerimento administrativo no INSS.....	184
1.6.3 Da representação por advogado nos processos administrativos....	185
1.6.4 Da proteção a pessoa com deficiência no requerimento administrativo	185
1.7 Requerimento de cancelamento do benefício.....	185
1.8 Requerimento de cópia integral do processo administrativo.....	186
1.9 Pedido de restituição ou compensação de contribuições pagas a maior....	187
1.10 da formalização do processo administrativo previdenciário	190
1.11 das comunicações aos interessados	191
1.12 Dos meios de prova no processo administrativo	192
1.12.1 Provas documentais.....	194
1.12.2 Prova testemunhal	199
1.12.3 Prova pericial.....	201
1.13 Justificação Administrativa (JA).....	204
1.13.1 Justificação Administrativa para comprovação de tempo especial....	207
1.13.2 Justificação Administrativa para exclusão de dependentes	208
1.13.3 Recurso em justificação administrativa.....	208
1.14 Da carta de exigência.....	209
1.15 Pesquisa externa	211
1.16 Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER).....	212
1.17 Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	212
1.17.1 Pedido de atualização dos dados do CNIS	215
1.18 Decisão administrativa	221

Capítulo 2 – Recursos no Âmbito Administrativo	223
2.1 Regras gerais relativas aos recursos no âmbito do CRPS.....	226
2.2 Juntas de Recursos (1.ª Instância Recursal).....	229
2.2.1 Recurso ordinário para a Junta de Recursos	230
2.3 Recurso especial às Câmaras de Julgamento – CAJ (2.ª Instância Recursal) ...	234
2.4 Recursos ao pleno do CRPS	234
2.4.1 Pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito administrativo	235
2.4.1.1 Pedido de uniformização de jurisprudência em tese	235
2.4.1.2 Pedido de uniformização de jurisprudência em matéria de direito	237
2.4.2 Reclamação ao Conselho Pleno	238
Capítulo 3 – Prazos e Intimações no Âmbito Administrativo	239
3.1 Dos prazos	239
3.2 Intimações no âmbito administrativo	240
Capítulo 4 – Incidentes Processuais no Âmbito Administrativo	243
4.1 Embargos de declaração.....	243
4.2 Pedido de correção de erro material.....	244
4.3 Revisão de ofício	245
4.4 ConflitoS de competência.....	246
4.5 Reclamação por não cumprimento da decisão	246
Fluxograma do processo administrativo	248

PARTE IV

A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIAS SOCIAL – RGPS

Capítulo 1 – Concessão de Aposentadorias Programáveis	257
1.1 Aposentadoria programada	262
1.1.1 Beneficiários e DIB da aposentadoria programada urbana	263
1.1.2 Renda mensal inicial	263
1.2 Aposentadoria por tempo de contribuição	264
1.2.1 Beneficiários	267
1.2.2 Período de carência.....	269
1.2.3 Data de início do benefício	270
1.2.3.1 Reafirmação da DER	271
1.2.4 Renda mensal inicial.....	272

1.2.5	Regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição vigentes – EC n.º 103/2019	273
1.2.6	Aposentadoria programada do professor	277
1.2.6.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	280
1.2.7	Regras de transição da aposentadoria dos professores	282
1.2.8	Principais demandas relacionadas à aposentadoria por tempo de contribuição.....	285
	Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição (regra válida para quem cumpriu os requisitos até a publicação da EC n.º 103/2019)	286
1.3	Aposentadoria por idade	288
1.3.1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	290
1.3.1.1	Aposentadoria programada “mista” ou “híbrida”.....	295
1.3.1.2	A Reforma da Previdência (EC n.º 103/2019) e a aposentadoria programada híbrida	297
1.3.2	Período de carência.....	297
1.3.3	Data de início do benefício	297
1.3.4	Renda mensal inicial.....	297
1.3.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria e por idade do trabalhador rural.....	299
1.3.6	Sugestão de questionário para ações de concessão de benefício rural.....	299
1.3.7	Documentos e dados a serem solicitados para o segurado nas ações que envolvam trabalho rural.....	300
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade	302
1.4	Aposentadoria especial.....	304
1.4.1	Beneficiários.....	312
1.4.2	Período de carência.....	312
1.4.3	Data de início do benefício	313
1.4.4	Renda mensal inicial.....	314
1.4.5	Conversão do tempo especial.....	315
1.4.6	Trabalho de forma permanente, não ocasional nem intermitente ..	319
1.4.7	Agentes nocivos.....	320
1.4.8	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo ruído.....	321
1.4.9	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo frio	324
1.4.10	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo calor	326
1.4.11	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo eletricidade e atividades perigosas previstas na CLT	327
1.4.12	Motoristas de ônibus, caminhão e afins: atividade penosa.....	329

1.4.13	Enquadramento de atividade especial exercida por vigilantes, vigias ou seguranças	330
1.4.14	Comprovação do exercício de atividade especial	330
1.4.14.1	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	335
1.4.14.2	Tabela de enquadramento legislativo do período de atividade especial	337
1.4.15	EC n.º 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial	337
	Quadro-resumo – Aposentadoria especial	338
1.5	Aposentadoria aos segurados com deficiência	342
1.5.1	Beneficiários	346
1.5.2	Período de carência	347
1.5.3	Renda mensal inicial	347
1.5.4	Data de início do benefício	348
1.5.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência	348
	Quadro-resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência	349
1.6	Aposentadoria dos segurados de baixa renda	350
1.7	Desaposentação	351
1.8	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos	352

Capítulo 2 – Concessão e Restabelecimento de Benefícios por Incapacidade Laboral

2.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença)	355
2.1.1	Perícia médica nos benefícios por incapacidade	360
2.1.2	Período de carência	366
2.1.3	Data de início do benefício	368
2.1.3.1	A data de início do benefício concedido judicialmente	370
2.1.4	Renda mensal inicial	372
2.1.5	Processo de reabilitação	374
2.1.6	Cessação do benefício	375
2.1.7	Sistema “Data Certa”, pedido de prorroga�o e pedido de reconsidera�o	376
2.1.8	Situa�o trabalhista e problemas ligados ao “limbo” jurídico	382
2.1.9	Benefício da Lei Maria da Penha	384
2.1.10	A Covid-19 e o nexo de causalidade com o trabalho	385
2.1.11	Principais demandas relacionadas ao auxílio por incapacidade temporária	388
	Quadro-resumo – Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença)	389

2.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).....	391
2.2.1	Período de carência.....	393
2.2.2	Data de início do benefício.....	394
2.2.3	Renda mensal inicial.....	396
2.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho.....	398
2.2.5	Transformação da aposentadoria por incapacidade em aposentadoria por idade.....	401
2.2.6	Principais demandas relacionadas à aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez).....	403
	Quadro-resumo – Aposentadoria por incapacidade permanente.....	403
2.3	Auxílio-acidente.....	405
2.3.1	Beneficiários.....	407
2.3.2	Período de carência.....	408
2.3.3	Data de início do benefício.....	408
2.3.4	Renda mensal inicial.....	409
2.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	411
2.3.6	Principais demandas relacionadas ao auxílio-acidente.....	412
	Quadro-resumo – Auxílio-acidente.....	413
2.4	Pontos destacados sobre acidente do trabalho e doenças ocupacionais.....	414
2.4.1	Proteção acidentária no período pós-Constituição de 1988.....	414
2.4.2	Conceito de acidente do trabalho.....	415
2.4.3	Doenças ocupacionais.....	417
2.4.4	Nexo causal e concausalidade.....	418
	2.4.4.1 A presunção de nexo causal – Nexo técnico epidemiológico.....	420
2.4.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	423
2.4.6	A comunicação do acidente de trabalho.....	424
2.4.7	Responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho..	425
	2.4.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	426
	2.4.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	426
	2.4.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela previdência social.....	426
	2.4.7.4 Responsabilidade penal.....	427
	2.4.7.5 Sanções administrativas.....	427
2.4.8	Direito à indenização por acidente de trabalho e outros direitos decorrentes.....	427
2.4.9	Ação regressiva acidentária.....	438
2.5	Principais aspectos das ações de benefícios por incapacidade.....	440

Capítulo 3 – Concessão de Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente – LOAS	461
3.1 Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	461
Quadro-resumo – Benefício de prestação continuada da assistência social.....	470
3.2 Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso	473
3.3 Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência.....	474
3.4 Principais demandas relacionadas a esses benefícios.....	474
3.5 Auxílio emergencial	475
Capítulo 4 – Concessão de Benefícios de Proteção à Família e à Maternidade....	479
4.1 Pensão por morte.....	479
4.1.1 Requisitos para a concessão do benefício.....	479
4.1.2 Pensão provisória em caso de morte presumida.....	481
4.1.3 Direito à pensão quando o segurado estiver inadimplente com a Previdência	482
4.1.4 Habilitação de beneficiários.....	484
4.1.5 Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino	487
4.1.6 Existência simultânea de dependentes cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	488
4.1.7 Comprovação da união estável e homoafetiva.....	490
4.1.8 A Lei n.º 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	490
4.1.9 Direito à pensão do menor sob guarda	492
4.1.10 Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	493
4.1.11 Pensão em favor dos pais	494
4.1.12 A revogação da dependência de pessoas designadas	494
4.1.13 Período de carência.....	495
4.1.14 Data de início do benefício	495
4.1.15 Renda mensal inicial.....	496
4.1.16 Cessação do benefício.....	500
4.1.17 Perda do direito à pensão por morte	503
4.1.18 Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho.....	503
4.1.19 Despensão.....	503
Quadro-resumo – Pensão por morte.....	504
4.2 Auxílio-reclusão	510
4.2.1 Período de carência.....	514
4.2.2 Data de início do benefício	514
4.2.3 Renda mensal inicial.....	515
4.2.4 Cessação e suspensão do benefício.....	516
4.2.5 Principais demandas relacionadas à pensão e ao auxílio-reclusão..	517
Quadro-resumo – Auxílio-reclusão.....	517

4.3	Salário-maternidade	519
4.3.1	Período de carência.....	523
4.3.2	Duração do salário-maternidade	523
4.3.3	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	526
4.3.4	Prazo para requerimento do salário-maternidade.....	527
4.3.5	Renda mensal inicial.....	528
4.3.6	Cessação do benefício.....	530
4.3.7	Extensão do s�lrio-maternidade em caso de adoção	530
4.3.8	Principais demandas relacionadas ao s�lrio-maternidade	531
	Quadro-resumo – S�lrio-maternidade.....	532
4.4	S�lrio-f�m�lia	534
4.4.1	Período de carência.....	535
4.4.2	Data de início do benefício	536
4.4.3	Renda mensal inicial.....	536
4.4.4	Perda do direito	536
4.4.5	Principais demandas relacionadas ao s�lrio-f�m�lia	537
	Quadro-resumo – S�lrio-f�m�lia.....	537

Capítulo 5 – Regras Gerais sobre Acumulação e Cálculo dos Benefícios e Ações Revisionais.....	539	
5.1	Acumulação de benefícios.....	539
5.2	Cálculo do valor dos benefícios.....	545
5.2.1	Definições iniciais para o cálculo dos benefícios: s�lrio de contribuição, s�lrio de benefício, período básico de cálculo, coeficiente de cálculo e renda mensal inicial.....	546
5.2.1.1	Atividades concomitantes	553
5.2.1.2	Fórmula de cálculo do s�lrio de benefício da Lei n.� 9.876/99 até a véspera da vigência da EC n.� 103/2019	555
5.2.1.3	Período básico de cálculo.....	556
5.2.2	Fator previdenciário	557
5.2.2.1	Fórmula de cálculo do fator previdenciário.....	559
5.2.2.2	Afastamento da incidência do fator previdenciário com base na Fórmula 85/95 progressiva.....	559
5.2.2.2.1	Fator previdenciário em relação aos professores.....	561
5.3	Tabela resumida com a forma de cálculo dos s�lrios de benefício após a Lei n.� 9.876/1999 e até a vigência da EC n.� 103/2019.....	562
5.4	Renda mensal inicial	563
5.4.1	Tabela de coeficiente de cálculo dos benefícios desde 1979 até o advento da EC n.� 103/2019.....	566
5.5	Valor-limite dos benefícios.....	566

5.6	Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	567
5.6.1	Apuração da renda mensal inicial do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n.º 8.213/1991.....	569
5.6.2	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda”.....	571
5.6.3	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	573
5.6.4	Não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n.º 20/1998.....	574
5.6.5	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”.....	575
Capítulo 6 – Ações Sobre a Aplicação do Limite Máximo de Benefício (Teto).....		577
6.1	Valor-limite dos benefícios previdenciários (teto).....	577
6.2	Ação para aplicação dos tetos trazidos pelas Emendas Constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003 nos benefícios concedidos anteriormente.....	578
6.3	“Buraco negro”.....	581
6.4	“Buraco verde” e primeiro reajustamento com o incremento legal.....	583
6.5	Tabela de tetos desde 1982.....	585
Capítulo 7 – Benefícios Extintos e Teses Superadas.....		587
7.1	Benefícios extintos.....	587
7.1.1	Renda mensal vitalícia.....	587
7.1.2	Auxílio-natalidade.....	588
7.1.3	Auxílio-funeral.....	588
7.1.4	Pecúlio.....	589
7.1.5	Abono de permanência em serviço.....	589
7.1.6	Aposentadorias diferenciadas.....	590
7.2	Majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte.....	591
7.3	Demais revisões decorrentes da Lei n.º 9.032/1995.....	592
7.4	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	592
7.5	Conversão dos benefícios em URV.....	593
7.6	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis n.ºs 8.542/1992 e 8.700/1993.....	593
7.7	Expurgos inflacionários de janeiro/1989, março/abril/maio/1990 e fevereiro/1991.....	594
7.8	Súmula n.º 260 do Tribunal Federal de Recursos.....	594
7.9	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias..	595
7.10	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	596

7.11	Manutenção do valor real dos benefícios mediante a equivalência do valor dos benefícios em números de salários mínimos	596
7.12	Valor mínimo dos benefícios.....	597
7.13	Gratificação natalina de 1988/1989	597
7.14	URP de fevereiro de 1989.....	597
7.15	Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n.º 8.178/1991	598
7.16	Reajustes pelo salário mínimo de referência	598
7.17	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição Federal de 1988	599
7.18	Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença.....	599
7.19	Revisão com inclusão do 13.º salário e do adicional de férias na base de cálculo do salário de benefício.....	600
7.20	Índices de correção dos salários de contribuição (ORTN-OTN).....	602
7.21	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994	602
7.22	Desaposentação e reapresentação.....	604
Capítulo 8 – Aspectos Processuais		605
8.1	Ações previdenciárias	605
8.1.1	Competência para as ações previdenciárias	606
8.1.1.1	Prestações comuns previdenciárias	607
8.1.1.2	Competência federal delegada.....	608
8.1.1.3	Ações acidentárias.....	610
8.1.1.4	Causas referentes a benefício assistencial.....	611
8.1.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar	611
8.1.1.6	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência	613
8.2	Prévio requerimento na via administrativa.....	614
8.3	Atraso processual causado pelo retorno à via administrativa.....	616
8.4	Juizados Especiais Federais.....	617
8.4.1	Competência dos JEFs.....	619
8.4.2	Valor da causa	620
8.4.3	Renúncia	621
8.4.4	Legitimidade.....	622
8.4.5	Sentença líquida	623
8.4.6	Cumprimento de sentença nos JEFs.....	623
8.4.7	Nulidades.....	625
8.4.8	Custas e honorários advocatícios.....	625
8.5	Gratuidade da Justiça	627
Capítulo 9 – Prescrição e Decadência		631
9.1	Prescrição do direito às prestações.....	631

9.2	A Lei n.º 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente.....	635
9.3	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário....	636
9.3.1	Evolução legislativa.....	636
9.3.2	Da aplicação do instituto da decadência no direito previdenciário brasileiro	638
9.3.3	Da decadência no caso das ações para contagem ou averbação de tempo de contribuição.....	640
9.3.4	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte	641
9.3.5	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo...	642
9.3.5.1	Da definição de causa interruptiva de prazo prescricional ou decadencial e da possibilidade de sua criação expressa por lei.....	644
9.3.6	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa	646
9.3.7	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	647
9.3.8	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência	650
Capítulo 10 – Execução de Sentença e Pagamentos dos Valores Devidos pelo INSS ...		653
10.1	Evolução legislativa	653
10.2	Atualização dos valores pagos em atraso.....	655
10.3	Requisição de Pequeno Valor (RPV)	657
10.4	Pagamento por precatório	660
10.5	Pagamento de honorários contratuais e sucumbenciais.....	661
10.6	Preferência no Pagamento de Requisições (RPV ou precatório)	662
10.7	Do saque e levantamento dos depósitos (RPVs e precatórios).....	664
10.8	Retenção de Imposto de Renda em saque de requisição (RPV ou precatório)..	665
10.9	Complemento positivo	667
10.10	Período entre a data da elaboração da conta e da inscrição do precatório – juros de mora e correção monetária.....	667
10.11	Coisa julgada previdenciária.....	668
10.12	Execução do julgado.....	674
10.13	Intangibilidade dos valores pagos ao autor da demanda previdenciária.....	676
10.14	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada	678
Capítulo 11 – Recursos no Procedimento Comum e nos Juizados Especiais Federais		681
11.1	Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência	681

11.1.1	Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo)	685
	Quadro-resumo – Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo).....	685
11.1.2	Aspectos destacados do recurso da sentença (recurso inominado).....	686
	Quadro-resumo – Recurso contra Sentença (Recurso Inominado)	688
11.1.3	Mandado de Segurança nos Juizados Especiais Federais	689
	Quadro-resumo – Mandado de Segurança.....	690
11.2	Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência.....	691
11.2.1	Aspectos destacados do Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....	691
	Quadro-resumo – Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....	693
11.3	Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU	695
11.3.1	Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	697
11.3.2	Pedido de Uniformização de interpretação de Lei Federal (PEDILEF) para a Turma Nacional de Uniformização dos JEFs – TNU	698
	Quadro-resumo – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PUIL).....	704
11.3.3	Agravo interno/regimental nas turmas.....	708
	Quadro-resumo – Agravo interno/regimental.....	709
11.3.4	Agravo nos próprios autos em face da decisão de inadmissão do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional	709
11.3.5	Agravo Interno em face da decisão de Inadmissibilidade do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional	710
11.3.6	Reclamação.....	712
11.4	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao STJ....	713
11.4.1	Aspectos destacados do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) para o STJ	714
	Quadro-resumo – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao STJ	715
11.5	Recurso Extraordinário (RE) no rito dos Juizados Especiais Federais	716
11.5.1	Aspectos destacados do recurso extraordinário	718
	Quadro-resumo – Recurso extraordinário.....	720
11.6	Destaques Processuais e Recursais dos JEFs	721
11.7	O CPC/2015 e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais	723
11.8	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	732
11.9	Apelação.....	736
11.9.1	Da tramitação da apelação nos tribunais	739
	Quadro-resumo – Apelação.....	742

11.10 Reexame necessário.....	743
11.11 Recurso especial	743
Quadro-resumo – Recurso especial	750
11.12 Recurso extraordinário no procedimento comum	751

PARTE V

MODELOS DE REQUERIMENTOS, PETIÇÕES E RECURSOS

Sumário	759
Bibliografia	1141
Anexos	1149
Anexos 1 – Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária.....	1151
Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários	1177